



Da Tamandaré à Paula Souza: vivências do passado e experiência adquirida

Maria Esther de Carvalho

Dos quarenta anos de existência da Superintendência de Controle de Endemias, Suceen, dez foram passados em imóveis da Rua Tamandaré, Bairro da Aclimação, São Paulo, Capital. A Suceen, inicialmente conhecida sob outras denominações, forneceu um panorama organizativo e de inter-relações de trabalho que serviram de base técnica e, até certo ponto, cultural das suas atividades.

Vale a pena rememorar os dois períodos compreendidos, o primeiro, entre 1975 e 1986, ocasião da mudança para a Rua Paula Souza 166, Bairro da Luz, em São Paulo, onde ainda permanece, e o segundo, do tempo daí decorrido até o momento.

Ainda localizada na Rua Tamandaré durante os anos 1980, fase final da ditadura imposta em 1964, já se observavam movimentos que viriam a ser decisivos na modernização do sistema de saúde brasileiro, como o da Reforma Sanitária, desencadeado na década de 1970 por oposição ao regime vigente e o da realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, esta já no início da transição para o regime democrático, que viria a seguir, e que seria a semente para a implantação de um Sistema Único de Saúde, SUS. Como consequência imediata, iniciaram-se discussões tendentes a propor mudanças na organização estrutural da Suceen e, conseqüentemente, dos programas sob a direção autárquica. Os novos dirigentes teriam que enfrentar o desafio representado pelas mudanças do cenário político-administrativo decorrente do retorno do país à democracia. As operações verticalizadas utilizadas nos programas seguiam as normas

internacionais de campanhas análogas. Quanto à sua adequação, não parece oportuno formular juízos de valor.

Após anos de repressão, para obter os resultados visados criavam-se espaços de discussão e tomadas de decisão com a participação de funcionários de todas as categorias, incluindo-se aí até responsáveis por atividades não técnicas.

Primeiro período – novos dirigentes

Fundamentalmente, a lida era com a doença de Chagas, a esquistossomose e a malária. Ressalte-se que os responsáveis por esses programas possuíam um cabedal de conhecimentos, competência e comportamento ético além de formação especializada em cada área de atuação, adquiridos ao longo do tempo. O controle de insetos incômodos e peçonhentos, executado como uma atividade de assistência aos municípios, estava a cargo da Divisão de Programas Especiais, a DPE. O controle da doença de Chagas no Estado de São Paulo estava sendo alcançado nessa época, como bem o demonstravam os resultados apontados pelos levantamentos realizados em pesquisas de triatomíneos vetores e a queda das repercussões humanas da transmissão vetorial verificada também em inquéritos sorológicos. As ações de controle da esquistossomose, originárias da Campanha de Controle da Esquistossomose (Cacesq), que haviam sido integradas à Suceen no final da década de 70 do século passado, foram exemplo do incremento dos conhecimentos a respeito dos problemas trazidos por essa endemia para o Estado, sem mencionar a



vinda de funcionários de destaque ao quadro da Sucen, que viriam ocupar importantes postos de direção.

Em 1980 foi criado o Serviço Regional da Sucen da região do Vale do Rio Paraíba do Sul, com sede no município de Taubaté. Disto resultou a contratação de novos funcionários, que viria permitir a obtenção da melhoria dos serviços de controle da esquistossomose, àquela época um dos principais problemas sanitários daquela região. O controle de simúlideos, insetos incômodos presentes na faixa do Litoral Norte do Estado, anteriormente mantido pela DPE de São Paulo, passou a sê-lo por essa nova regional.

O período de transição para a democracia coincidiu, para nossa surpresa, com a percepção de que estavam sendo aplicadas, contra vários dedicados e competentes colaboradores da Sucen medidas punitivas sumárias, nunca esclarecidas, reminiscentes da ditadura. Isso contrastava em parte com depoimentos de aposentados feitos ao Informe Sucen Nº 10, de novembro de 1989, em que os funcionários entrevistados demonstravam muito orgulho de terem participado, com dedicação, dos trabalhos realizados, mormente os de controle da malária, mesmo à custa de dificuldades em suas labutas. Cremos que a sobrevivência da Sucen deveu-se à extrema dedicação de funcionários ciosos de suas funções, que conseguiram permanecer em seus cargos.

Composição do “staff” pós-ditadura

Destaca-se, no primeiro período, a incorporação de pessoal que veio compor o “staff” da superintendência: técnicos cujas origens derivavam de laboratórios e que foram

remanejados em suas funções. Os laboratórios eram vinculados à Divisão de Orientação Técnica (DOT) e, por sua vez, subordinados ao Departamento de Combate a Vetores (DCV). A DOT dedicava-se, fundamentalmente, à análise descritiva de dados obtidos por meio de exames laboratoriais: análise de frequências de casos de malária e de esquistossomose detectados no Estado (autóctones ou importados); no caso da malária, em que os focos eram avaliados em todas as ações de controle. Os dados eram fornecidos à Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e Organização Mundial de Saúde (OMS), responsáveis por classificar os municípios envolvidos e atribuir-lhes a condição de mudança

O período de transição para a democracia coincidiu, para nossa surpresa, com a percepção de que estavam sendo aplicadas contra vários dedicados e competentes colaboradores da Sucen medidas punitivas sumárias, nunca esclarecidas, reminiscentes da ditadura.

ou não de uma para outra fase da campanha. Sobre doença de Chagas, os dados de triatomíneos vetores eram igualmente repassados e avaliados em conjunto com o Comitê de Expertos da OPAS/OMS, com o fim de classificar os municípios segundo prioridades de trabalho correspondentes a cada uma das fases da campanha de



combate aos vetores. No caso da esquistossomose importavam além do número de casos, os dados sobre pesquisa planorbílica e distribuição de focos da doença.

Equipes técnicas foram formadas nos serviços regionais; houve, ainda, aumento significativo do número de técnicos da DOT e da DCV, profissionais de formações em Biologia, Medicina, Engenharia e Ciências Humanas. Esse incremento refletiu-se na produção de publicações do pessoal proveniente dos laboratórios e dos novos contratados: 34,1% de 41 artigos publicados entre 1975 e 1986, tiveram esta origem, predominando o assunto malária, obviamente não sem razão, uma vez que era este o programa mais organizado dentro da estrutura verticalizada que regia a campanha da malária. Os dados eram tabulados na DOT, fornecendo as bases para as análises estatísticas e epidemiológicas, de casos avulsos e de focos gerados, comumente pela introdução de algum caso importado de região endêmica brasileira. Tradicionalmente, DOT/DCV, voltados à produção de relatórios técnicos, adquiriram prática da divulgação de resultados no meio acadêmico e em periódicos especializados.

É interessante observar que, no ano de 1986, surgiu a primeira publicação, de autoria de membros da equipe técnica da regional de Taubaté e de bióloga do Laboratório de Entomologia de São Paulo, contendo o registro do primeiro encontro de *Aedes (Stegomyia) albopictus* no estado de São Paulo. Despontava o primeiro trabalho sobre dengue. Naquele ano o Informe Sucen divulgava a ocorrência, no mês de abril, do primeiro caso importado de dengue: no município de Guarulhos, na região da Grande São

Paulo, além de foco do mosquito *Aedes aegypti*. Entra a Sucen na fase, que ainda prossegue até os dias atuais, da luta contra esse importante vetor. Grande destaque é dado aos trabalhos de conscientização da população na prevenção de condições favoráveis ao desenvolvimento dos mosquitos. Houve um aumento expressivo do número de funcionários contratados para os trabalhos de contenção dessa endemia, que viria a grassar em diversas regiões do Estado. A dengue representaria um divisor de águas na nova história da Sucen.

Segundo período – Rua Paula Souza

Na nova sede há a consolidação de organizações criadas durante o período anterior, como a Comissão Científica Permanente (CCP), com membros eleitos representantes das áreas técnicas. Mantém-se, ainda, o Conselho Deliberativo (CD), que inclui, como novidade, o representante dos funcionários, eleito, João Teixeira da Cunha, originário do Laboratório de Entomologia do nível central. Apresenta o Sr. João uma plataforma que pretende defender para seus representados, que inclui melhoria das condições de trabalho, da política de recursos humanos, de aprimoramento profissional, planos de carreiras e de salários, participação em discussões sobre regimento e quadro da autarquia, além de outras decisões pertinentes. Ainda percorre as instalações da autarquia um movimento sobre a municipalização das ações de saúde e a integração da Sucen nesse processo, já com novo superintendente, em 1988. Surgem ainda grandes preocupações com a continuidade dos trabalhos da Sucen: malária, doença de Chagas e esquistossomose passariam a um segundo plano

na obtenção de recursos, ainda que os pesquisadores científicos de carreira dedicados a esses assuntos não tenham deixado de produzir em suas respectivas áreas, aliando-se na maioria das vezes a pessoal de instituições de pesquisa, além dos de universidades.

Frequentes mudanças de superintendentes enfraquecem as equipes de trabalho, pois constantemente surgia a necessidade de reapresentar os projetos aos novos sujeitos da direção, procurando o convencimento da importância da manutenção de linhas de pesquisa. Diversos colegas optaram por aderir à causa da dengue, promissora então. Vê-se um aumento gradual da produção científica aliada a essa área, da década de 1990 em diante. Mudanças acontecem na administração dos laboratórios, na proposta do regimento e do quadro da Sucen, não mais ligados à DOT/DCV. Cria-se a Coordenação dos Laboratórios de Referência e Desenvolvimento Científico (CLRDC), que futuramente terá seus departamentos organizados por área de conhecimento. Ao grupo de laboratórios da sede e de Mogi Guaçu, como o de Malária, Entomologia, Malacologia, Imunoepidemiologia, Bioquímica e Biologia Molecular e o Especializado: doença de Chagas, são inseridos novos, localizados em algumas regionais, como o de Simulídeos, em Caraguatatuba, Culicídeos, em Taubaté, Vetores, em São José do Rio Preto e Entomologia Aplicada, em Marília. O Laboratório de Mogi Guaçu desmembra-se em dois novos, para atender à demanda de pesqui-

sas com os flebotomíneos e os carrapatos, respectivamente vetores das leishmanioses e da febre maculosa brasileira. A grande preocupação com o papel desses laboratórios continua sendo o fornecimento de suporte que eles dariam aos programas da instituição. Este suporte é confundido por alguns com geração de dados de atividades de programas e não como resultados de experimentos de pesquisas úteis para a inserção de novas tecnologias, possibilitando, assim, alterações metodológicas em estratégias de controle.

Certamente as pesquisas avançaram em todas as áreas. A oposição adotada anteriormente aos programas verticais não foi acompanhada de ousadia na incorporação de seus produtos às atividades programáticas. Estas praticamente continuaram a ser seguidas como conduzidas inicialmente, isto é, com a normatização externa. O que fica como exemplo vivido é que o respeito aos que nos antecederam e que deixaram seu legado de trabalho honroso deve ser mantido. No início destacou-se a crítica sem discernimento, refletindo certa irresponsabilidade inerente à imaturidade na gerência dos problemas.

As vozes do passado que ficaram em nossas memórias conosco permanecerão, para serem transmitidas aos novos funcionários, estagiários e alunos, enquanto durarmos. Vivências adquiridas ao longo do tempo poderão contribuir à evolução desejável das análises adequadas de resultados obtidos e melhoria das condutas a serem inovadas.